

Editorial 2024, v. 48, n. 1

  **Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega**

Editora Chefe

E-mail: mariacristinavidotte@ufg.br

  **Leandro Campêlo Moraes**

Editor Assistente

E-mail: campelomoraes@discente.ufg.br

  **Thiago Henrique Costa Silva**

Editor Assistente

E-mail: thiagohcs@discente.ufg.br

  **Marilia Araujo Caixeta**

Editora Assistente

E-mail: mariliacaixeta@ufg.discente.br

A Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás (UFG), em seu volume 48, edição n.º 1, com o objetivo de registrar e publicizar a produção intelectual e os avanços do conhecimento jurídico, divulga artigos científicos resultantes de pesquisas provenientes de variadas áreas de conhecimento do Direito. A seleção dos artigos publicados busca atender a critérios de diversidade regional e de internacionalização, além de contemplar os debates em torno de assuntos atuais e relevantes, capazes de promover a reflexão crítica e a transformação social.

Esta edição reúne artigos que abordam questões fundamentais para a sociedade contemporânea, explorando temas como violência de gênero, políticas públicas, direitos do consumidor, desenvolvimento sustentável, patrimônio cultural, regulação econômica, desigualdade educacional, energia sustentável, tributação, parcerias público-privadas, educação para a paz e conflitos territoriais.

No primeiro artigo, Natália Damazio Pinto Ferreira discute a colonialidade racista de gênero e a violência contra mulheres presas no Rio de Janeiro, analisando as condições materiais

das detentas a partir de relatórios do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura. A pesquisa, fundamentada no pensamento decolonial, na teoria crítica racial e em feminismos negros, evidencia como o encarceramento feminino reproduz violências históricas forjadas na colonização e mantidas pelo capitalismo, racismo e patriarcado.

A participação feminina na política e seus reflexos na formulação de políticas públicas são analisadas por Júlia Monfardini Menuci e Joice Gracie Nielsson, que investigam se mulheres prefeitas no Estado do Rio Grande do Sul, com mandatos entre 2013 e 2016, promoveram políticas públicas específicas para mulheres. O artigo, ao examinar a implantação de órgãos de acolhimento, conselhos e outras iniciativas, destaca como a presença feminina em cargos políticos pode ou não impactar na formulação de políticas voltadas à equidade de gênero, ressaltando desafios e avanços no cenário político municipal.

No campo do Direito do Consumidor, Alexandre Herrera de Oliveira e Oscar Ivan Prux exploram a mediação como método de resolução de conflitos envolvendo os direitos da personalidade do consumidor. A pesquisa avalia a aplicação do sistema multiportas e a possibilidade de autocomposição em litígios consumeristas, evidenciando seus benefícios para a celeridade processual e para a construção de soluções mais equilibradas entre consumidores e fornecedores. No estudo, são destacadas, como marcos normativos fundamentais, a Resolução n.º 125 do CNJ, a Lei n.º 13.140/2015 e o Código de Processo Civil de 2015.

A sustentabilidade na agropecuária é o tema abordado por Marina Mendes Gasperini e Magno Federici Gomes, que analisam a Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) sob a ótica do comportamentalismo econômico e da regulação. O artigo discute como as falhas na escolha dos produtores rurais podem ser corrigidas por meio da regulação econômica e investiga, ainda, como a regulação, por meio da adoção da ILPF, pode induzir mudanças comportamentais nos produtores rurais, promovendo

a adoção de práticas agrícolas sustentáveis que equilibrem produção e preservação ambiental.

A importância da preservação do patrimônio cultural diante de eventos de grande impacto é discutida por Michelli Linhares de Bastos e Sandra Regina Martini, que analisam as percepções sociais sobre os ataques ocorridos em Brasília em 8 de janeiro de 2023. A pesquisa, ao investigar a resposta da sociedade diante da destruição de bens reconhecidos como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO, apresenta um panorama sobre o papel do patrimônio na identidade nacional e os desafios na sua proteção diante de conflitos políticos e sociais, estabelecendo uma relação entre identidade cultural e proteção institucional.

A regulação econômica e sua eficiência na formulação de políticas públicas são abordadas por Emerson Ademir Borges de Oliveira e Cristiana Carlos do Amaral Cantídio, que discutem a avaliação do impacto regulatório sob a perspectiva da Análise Econômica do Direito (AED). O estudo destaca a Análise de Impacto Regulatório (AIR) como ferramenta essencial para a formulação de normas eficazes, considerando aspectos econômicos, sociais e de equidade, reforçando a necessidade de análises criteriosas antes da implementação de normas regulatórias e visando a equilibrar eficiência econômica, equidade e justiça social.

As desigualdades educacionais entre instituições públicas e privadas são analisadas por Dennison Célio de Oliveira Carvalho e Amadeu de Farias Cavalcante Júnior, que examinam as diferenças de desempenho e qualidade nos cursos de Direito no Brasil. Utilizando técnicas estatísticas e os indicadores Enade, CPC e Exame da Ordem, o estudo evidencia disparidades regionais e estruturais no ensino jurídico brasileiro, analisando a forma pela qual fatores estruturais, como a qualificação docente e o regime de trabalho, influenciam diretamente na formação dos estudantes e nos índices de aprovação em exames nacionais.

A transição para fontes de energia sustentável é abordada por Fernanda Chaveiro da Silva e Cleonice Borges de Souza, que

analisam a regulação normativa da energia solar no Brasil, com destaque para sua aplicabilidade no estado de Goiás. O artigo examina a legislação do setor elétrico e os benefícios ambientais e econômicos da adoção da energia fotovoltaica, além de apresentar um panorama sobre os desafios regulatórios e os impactos positivos da energia fotovoltaica na matriz energética nacional, uma vez que elas contribuem para a redução da pegada de carbono.

No campo do Direito Tributário, Eduardo de Sampaio Leite Jobim e Luiz Felipe Silveira Difini discutem o princípio da capacidade contributiva, abordando seus subprincípios: tributação proporcional, progressividade e regressividade. O estudo analisa os impactos da tributação indireta sobre a justiça fiscal e propõe mecanismos para mitigar a regressividade da matriz tributária brasileira, buscando maior equidade na distribuição da carga tributária no Brasil.

A pesquisa de João Luís Araújo e Eurídice Dina Cardoso investiga os contratos de Parcerias Público-Privadas (PPPs) em Moçambique, analisando seus impactos para a população local. O artigo avalia a viabilidade financeira desses contratos, os riscos envolvidos e a necessidade de monitoramento adequado para sua implementação. Além disso, discute até que ponto esses projetos beneficiam as comunidades circunvizinhas, questionando se o controle dos contratos é efetivo e se há equilíbrio na relação entre os setores público e privado na execução de projetos de grande porte.

A educação para a paz como eixo central da formação universitária é discutida por Sahira Milena Martínez Guiral e Miguel Alejandro Barreto Cruz, que analisam a importância do currículo no desenvolvimento de uma cultura de paz. O estudo, realizado na Universidade Uniminuto (Colômbia), destaca o papel dos professores na criação de espaços que promovam valores pacifistas e inclusivos, destacando como iniciativas pedagógicas podem fomentar valores de cooperação e respeito

à diversidade, preparando estudantes para uma atuação mais ética e comprometida socialmente.

A busca pela paz na Colômbia também é abordada por Cristián Andrés Zapata Vélez, que propõe uma reflexão sobre a "revolução existencial" de Václav Havel e sua aplicabilidade no contexto colombiano. O artigo investiga a forma pela qual conceitos como "vida na verdade" e "vida na mentira" podem explicar a persistência dos conflitos na Colômbia e sugere novas abordagens para a construção da paz. Ainda, examina como a construção da paz exige mudanças profundas na forma em que a sociedade colombiana comprehende e vivencia a violência, apontando caminhos para uma transformação estrutural e duradoura.

Por fim, Elidio Alexander Londoño Uriza, Jorge Arbey Toro Ocampo e Juan Daniel Carvajal González apresentam um conversatório com os ex-reitores Ignacio Alfonso Álvarez Lozano e Jorge Enrique Gallego Vásquez, pioneiros na estruturação da Universidade Uniminuto em Antioquia-Chocó. A conversa resgata o impacto da instituição na transformação social e no desenvolvimento regional, com foco na educação como instrumento de equidade e inclusão e destaca os desafios e conquistas da instituição na promoção da inclusão social e no fortalecimento da educação como instrumento de paz.

Com esta publicação, a Revista da Faculdade de Direito da UFG reafirma seu compromisso com o debate crítico e a produção acadêmica de excelência. Agradecemos aos autores, avaliadores e leitores por contribuírem para esta edição e desejamos uma leitura enriquecedora.

Os Editores